

ORGANIZADORAS

Clarice Salete Traversini | Kamila Lockmann | Renata Sperrhake

PESQUISAR COM A ESCOLA

currículo e inclusão em foco



ORGANIZADORAS

Clarice Saete Traversini | Kamila Lockmann | Renata Sperrhake

PESQUISAR COM A ESCOLA

currículo e inclusão em foco



| São Paulo | 2021 |



Direção editorial Patricia Bieging
Raul Inácio Busarello

Diretor de sistemas Marcelo Eyng

Editora executiva Patricia Bieging

Assistente editorial Landressa Schiefelbein

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Lígia Andrade Machado

Editoração eletrônica Peter Valmorbida

Imagens da capa Kjpgareter, Freepik - Freepik.com

Revisão Beth Bieging

Organizadoras Clarice Salete Traversini
Kamila Lockmann
Renata Sperrhake

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisar com a escola: currículo e inclusão em foco.
Clarice Salete Traversini, Kamila Lockmann, Renata
Sperrhake - organizadoras. São Paulo: Pimenta Cultural,
2021. 237p..


Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5939-178-3 (eBook)

1. Educação. 2. Currículo. 3. Inclusão. 4. Avaliação.
5. Ensino. 6. Aprendizagem. 7. Escola. I. Traversini, Clarice
Salete. II. Lockmann, Kamila. III. Sperrhake, Renata. IV. Título.

CDU: 370
CDD: 370

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.783

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

 **pimenta
cultural**
2 0 2 1



4

*Maria Eduarda Leidens
Clarice Salete Traversini
Caroline Stumpf Buaes
Volni Burguêz*

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA BNCC:
AMBIVALÊNCIAS EM NOTÍCIAS
VIRTUAIS E POSSIBILIDADES
EM UMA PRÁTICA NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**

DOI: 10.31560/PIMENTACULTURAL/2021.783.65-77

Este artigo deriva da pesquisa denominada “Educação financeira ou empreendedora na BNCC? Ambivalência produzida através de notícias virtuais”¹¹ (LEIDENS, 2020) e tem como objetivo compreender como a educação financeira está sendo abordada na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio da análise de notícias virtuais. Além disso, registra uma prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA) mostrando possibilidades de desenvolver a educação financeira para a formação cidadã.

Justificamos o texto pela escassez de estudos sobre a temática. Ao realizarmos uma revisão bibliográfica, em 03/11/20, para conhecer a produção acadêmica no Portal de Periódicos Capes, com as palavras-chave “Educação Financeira” e “BNCC”, encontramos nove resultados, sendo três referentes à prática da educação financeira na escola. Já no Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) situamos cinco resultados, todos focados em práticas pedagógicas realizadas na escola. Em nossa hipótese, a lacuna existente se deve à implementação da BNCC ser recente e estudos estarem em andamento.

Para a análise utilizamos o conceito de ambivalência (BAUMAN, 1999) e dois tipos de materiais empíricos: notícias virtuais e o relato de uma prática pedagógica realizada em uma turma de inclusão da EJA. Coletamos as notícias virtuais, via ferramenta Google Alerta, entre os meses de Janeiro a Dezembro de 2019 com o descritor “BNCC”. Neste período selecionamos as 71 notícias sobre educação financeira. A prática pedagógica com foco na temática da educação financeira descrita neste trabalho foi realizada por uma das autoras no ano de 2018 com uma turma de inclusão da EJA de uma rede pública na região sul do país. O artigo se divide em duas partes: na primeira caracterizamos a BNCC e os Temas Contemporâneos Transversais e na segunda analisamos

¹¹ O estudo consiste em um subprojeto da pesquisa “O que os professores estão fazendo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Efeitos da BNCC no currículo em um projeto de adequação idade-ano escolar na rede estadual do Rio Grande do Sul (RS)” (TRAVERSINI, 2019), financiado pelo CNPq.

a ambivalência na forma que as notícias virtuais abordam a educação financeira na implementação da BNCC. Além disso, registramos uma possibilidade de desenvolver a temática com uma turma da EJA coerente com nossa compreensão sobre a educação financeira.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

A política curricular brasileira está expressa na BNCC, caracterizando-se a si própria como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...]” (BRASIL, 2017, p. 7, grifo das autoras). Além disso, se propõe a assegurar os “[...] direitos de aprendizagem e desenvolvimento em conformidade com que preceitua o Plano Nacional de Educação.” (BRASIL, 2017, p. 7). A BNCC está fundamentada legalmente no artigo 210 da Constituição Federal, que prevê a necessidade de “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Entretanto, o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional (9.394/1996) determina que é preciso ir além dos conteúdos mínimos nos currículos da Educação Básica, pois a base nacional comum precisa ser complementada “por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996). Na implementação da BNCC como política curricular, se faz necessário que as redes de ensino públicas e privadas (re)elaborem seus currículos a fim de atender suas normativas. Logo a BNCC não é currículo em si.

Entendemos por currículo a “porção da cultura – em termos de conteúdos e práticas (de ensino e aprendizagem, de avaliação etc.) – que, por ser considerada relevante num dado momento histórico, é trazida para a escola” (VEIGA-NETO, 2002, p. 44). São recortes de culturas que impactam na constituição do sujeito escolar (TRAVERSINI, ANDRADE, GOULART, 2018). Consideramos a BNCC como o registro de uma política curricular, um documento formalizado que materializa o processo resultante de negociações de forças, a partir das quais predominaram determinados discursos para a seleção das porções de cultura.

Nesse sentido, a BNCC consiste em um documento de regulação e controle da Educação Básica, balizador da formação de professores, tanto inicial quanto continuada, da produção de material didático e das avaliações em larga escala. Precisamos nos atentar para não transformar a BNCC, ou seja, conteúdos mínimos, que servem para todo território brasileiro, em uma lista de competências e habilidades “máximas”. Considerando a recomendação da LDB, as redes de ensino e as escolas estão amparadas para construir políticas curriculares e o próprio currículo que acontece na escola, priorizando a diversidade regional e cultural dos seus espaços de pertencimento, pois cada currículo está relacionado com a cultura no qual se organizou (VEIGA-NETO, 2002).

Na (re)elaboração curricular das escolas, as denominadas “aprendizagens essenciais definidas pela BNCC” (BRASIL, 2017, p. 9) preveem sua concretização com o desenvolvimento de competências e habilidades ao longo da educação básica, e também através da inserção dos chamados *Temas Contemporâneos Transversais (TCT's)*. Os TCT's não são novidades trazidas pela BNCC. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) já eram recomendados seis Temas Transversais (Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde e Trabalho e Consumo). Atualmente, a BNCC ampliou-os para quinze distribuindo-os em seis macro áreas

temáticas¹². Devido ao foco deste texto, descrevemos a macroárea Economia, que envolve: trabalho, educação financeira e educação fiscal, sendo o segundo tema nosso interesse.

Conforme explicitado na BNCC esses temas possuem como objetivo principal “[...] que o estudante não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade.” (BRASIL, 2019, p. 7). A partir da citação é possível inferir que os TCT's são temas transversais às disciplinas escolares, considerados responsáveis por contextualizar num viés prático, o que os alunos veem na teoria, condição que parece fortalecer a dicotomia teoria-prática. Inspiradas em Boff (2019, p.141) afirmamos que o fortalecimento dessa dicotomia se dá quando “a relação não imediata com alguma realidade é condição suficiente para os conhecimentos sejam considerados abstração/formalismo puro, sendo, portanto, significados somente como teóricos”.

Considerando que os TCT's devem ser contemplados na (re) elaboração dos currículos das escolas reafirmamos a importância dos professores e da comunidade escolar conhecer, discutir e fazer escolhas de competências, habilidades e dos próprios TCT's significativos para o desenvolvimento do aprender dos estudantes, ampliando seus conhecimentos a partir do pertencimento ao tempo e lugar em que vivem. E mais, compartilhamos da compreensão de Corazza (2016, p. 143) ao assumir que “Currículo, para além de Básico” precisa levar “os professores a falarem, novamente, dos currículos que lhes competem, para se tornarem, outra vez, autores deles, desde o dia a dia da sua docência”. A seguir analisamos como a implementação da educação financeira, um TCT recomendado pela BNCC está sendo abordada em algumas notícias virtuais selecionadas.

¹² As seis macroáreas delimitadas pela BNCC são: Ciência e Tecnologia, Cidadania e Cívismo, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde.

AMBIVALÊNCIAS DAS NOTÍCIAS VIRTUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC E AS POSSIBILIDADES EM UMA PRÁTICA EM TURMA DE EJA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a educação financeira como “O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo (OCDE, 2005, p.5)”. O documento menciona ainda que os consumidores devem desenvolver habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes sobre os riscos e oportunidades financeiras a fim de melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005). A educação financeira emerge no documento como uma ação de conscientização, em que os indivíduos, de forma crítica, são instados a repensar suas atitudes perante o consumismo exacerbado e a constante competitividade e produtividade que somos influenciados diariamente.

O Brasil mantém cooperação com a OCDE desde os anos 1990 e a organização é referenciada na BNCC para justificar o uso do conceito de competências, razão pela qual supomos que o documento normativo se aproxima da compreensão da educação financeira da OCDE. Entretanto, os TCT's são pouco explicitados na BNCC; são nominados, mas sua definição está ausente. Inferimos que tal condição possibilita a implementação das temáticas a partir de variadas compreensões. É o que constatamos analisando as notícias virtuais. A variação nas compreensões foi percebida desde as 71 notícias selecionadas: 50 mencionam a educação financeira em seu título e corpo e 21 referiam a educação empreendedora no título,

porém no texto, referem a implementação da educação financeira na BNCC relacionando-a com o empreendedorismo. Nos excertos que seguem procuramos mostrar tais nuances ambivalentes.

O primeiro excerto selecionado é parte da notícia intitulada “*Disciplina obrigatória a partir de 2020, educação financeira, pode reduzir o endividamento do país*” e afirma que “ [...] **a educação financeira** tem potencial para preparar os jovens para uma vida mais saudável do ponto de vista econômico e com **acesso ao bem-estar social.**” (DISCIPLINA, 2019, n/p, grifo das autoras). O segundo excerto é oriundo de uma notícia com o título “*Escolas têm até o fim do ano para implementar a Educação Financeira*” e aposta que “ensinar os alunos a lidar com o dinheiro é muito importante, principalmente porque eles **podem ser agentes multiplicadores dessas discussões junto às suas famílias**”. A notícia segue explicitando que “as experiências vividas ao longo da infância e da adolescência **influenciam na formação de aspectos relacionados à cidadania**” (ESCOLAS, 2019, n/p, grifo das autoras).

Percebemos nesses dois excertos a preocupação com o acesso ao bem-estar social e a formação da cidadania por meio da educação financeira. Não é nosso objetivo aprofundar o conceito de cidadania, entretanto, consideramos necessário apontar que entendemos a cidadania como um conceito amplo, que engloba três esferas: a civil, a política e a social (CARVALHO, 2008). Estas pressupõem direitos e deveres básicos, que devem ser assegurados pelo Estado Democrático de Direito. No Brasil, estes direitos são referendados pela Constituição Federal, que entende a cidadania como um dos fundamentos basilares da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). Assim, a educação financeira pode ser tornar um conhecimento que instrumentaliza a prática da cidadania e do bem-estar social.

Por outro lado, há notícias que remetem à educação financeira num viés diferente do apresentado: o do empreendedorismo.

Evidenciamos tal viés na reportagem “BC: Educação Financeira precisa atingir milhões de brasileiros”, que divulga a abertura da 6ª Semana Nacional de Educação Financeira - 2019. O texto menciona a fala do Diretor de Relacionamento Institucional do Banco Central (BC), Maurício Moura, que defende a promoção do “letramento financeiro da população”, objetivando que os indivíduos “compreendam os produtos e serviços ofertados, para que deles possam **obter o melhor retorno para si mesmos.**” Em outro momento da reportagem, o diretor se posiciona: “o mercado precisa se libertar da necessidade de financiar o governo e se voltar para o **financiamento ao empreendedorismo**” (CAMPOS, 2019, n/p, grifos das autoras).

Nos excertos podemos inferir a relação entre a educação financeira com o empreendedorismo. Neles, o diretor de relacionamentos do BC entende a educação financeira como um meio de fomento ao empreendedorismo individual e, assim, uma forma de incentivo ao livre mercado. Tal relação é percebida também na notícia “Indústria 4.0: setor destaca a importância da educação para a economia”. Na fala do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe critica a qualidade da educação no Brasil: “Temos visto muitos recursos investidos em uma educação de péssima qualidade e terrível ineficiência”. E tal fato é justificado “**porque não existe meritocracia em nenhum ponto do sistema educacional público. Isso precisa ser corrigido, porque afeta diretamente a competitividade do País e da indústria**” (SCHENK, 2019, n/p, grifos das autoras)

Os dois excertos selecionados fazem alusão a uma compreensão de educação empreendedora coerente com a assumida pelo consultor Fernando Dolabela como “processo de aprendizagem proativa, que o indivíduo constrói e reconstrói ciclicamente a sua representação de mundo” (2003, p. 32). Reconhecido no meio empresarial como o precursor da educação empreendedora, o autor defende que ela

“modifica o indivíduo a todo momento devido a seu constante sonho de **autorrealização, e constante processo de autoavaliação e autocriação**” (DOLABELA, 2003, p. 23, grifo das autoras).

A partir das notícias analisadas perceberemos que, devido à ausência de definição conceitual da educação financeira na BNCC, a implementação desse TCT pode se dar de forma ambivalente. A ambivalência consiste em “uma possibilidade de conferir a um objeto, ou evento, mais de uma categoria” (BAUMAN, 1999, p.6). Isto é, a coexistência entre compreensões diferentes e até paradoxais em um mesmo momento. Foi o que identificamos nas notícias: a implementação da educação financeira proposta na BNCC pode priorizar o exercício da cidadania, entretanto quando entendida como educação empreendedora pode incentivar o individualismo em detrimento às possibilidades coletivas (GADELHA, 2009).

Somos críticas a essa compreensão de educação financeira como educação empreendedora por corroborar com o discurso neoliberal que pauta a educação e a formação dos sujeitos em “uma espécie de competição desenfreada, cujo progresso se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade” (GADELHA, 2009, p. 180). Esse pensamento descaracteriza o sujeito cidadão e o coloca como um indivíduo micro-empresa, transformando-o em empreendedor de si mesmo (GADELHA, 2009).

E neste contexto, o discurso meritocrático (como destacado no excerto anterior) adentra as práticas educacionais dos currículos escolares e pode fortalecer a constituição do indivíduo “empreendedor de si” que precisa estar constantemente ativo, produzindo e aprendendo a partir do investimento nele mesmo a fim de contribuir para o mercado, incentivando a “cultura do empreendedorismo” (GADELHA, 2009, p. 179).

Para evidenciar possibilidades de desenvolver o tema da educação financeira na escola, afastada dessa compreensão de

cultura do empreendedorismo, analisaremos brevemente uma prática pedagógica realizada com uma turma de oito estudantes de inclusão na EJA. Os estudantes e suas famílias enfrentam vários obstáculos no decorrer da vida em razão de discriminações e preconceitos. As trajetórias escolares daquela turma foram interrompidas, na sua maioria, por falta de um diagnóstico e de tratamento adequado e de dificuldades financeiras das famílias para suportar os custos.

Derivou daí a construção de uma prática pedagógica com vistas a auxiliar os estudantes a compreender as despesas da família. Dentre as várias práticas pedagógicas desenvolvidas, selecionamos uma ação do projeto chamado “Ir às compras”. Para dar forma ao contexto de aprendizagem, o projeto iniciou com um acontecimento: a aula-encontro reunindo famílias e estudantes em um café da manhã. Educação financeira é um tema importante na EJA, principalmente por se tratar de estudantes adultos, sendo que grande parte trabalha e até mesmo provém o próprio sustento. Entretanto, naquela turma nenhum estudante estava trabalhando no momento e, ainda, pelas singularidades do grupo, o tema foi abordado por meio de um momento de partilha e aproximação entre família e escola.

Ao relatar as aprendizagens dos estudantes sobre os assuntos desenvolvidos nas aulas – economia de água e energia elétrica, impostos, custos fixos e conservação do meio ambiente – e ao abordar a educação financeira com a família, a intenção foi dar a conhecer os assuntos trabalhados e oportunizar informações fundamentais para lidar com as armadilhas do consumo e as questões econômicas que envolvem o cotidiano. Para isso foi entregue aos pais/responsáveis o *Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem* (BUAES; COMERLATO; DOLL, 2015). O livro discute a sociedade do consumo, questões econômicas da nossa vida e os apelos diários da mídia que induz à busca da felicidade através da compra de produtos e das facilidades da oferta de crédito. Informações pertinentes, uma

vez que essas famílias têm altos custos para lidar com despesas dos tratamentos de saúde dos seus filhos e as “facilidades” (empréstimos e créditos consignados oferecidos insistentemente pelas instituições financeiras) tendem a comprometer ainda mais a situação financeira. Aprendemos com Bauman (2010, p.31) que a “*contratação de crédito* [...] transforma uma enorme maioria de homens, mulheres, velhos, jovens numa raça de devedores”.

A conversa com as famílias continuou por longo tempo; enquanto falávamos percebeu-se alguns olhos cheios d’água e foi necessário segurar a emoção. Durante toda aquela manhã, muitos confessaram surpresa ao ver os filhos apagarem as luzes, chamar atenção da família para evitar abrir a geladeira a toda hora e alertando-os a economizar. Nessa conversa, os familiares perceberam que as iniciativas eram resultado de estudos feitos durante as aulas. Falamos sobre poupança, investimentos, despesas e principalmente “em fazer economia”. Todos concordaram que ensinar e aprender práticas de consumo consciente e seu impacto no orçamento familiar foi uma discussão necessária para todos e não somente para os estudantes, concluindo que para termos consciência que tudo gira em torno do dinheiro, mas que dinheiro não é tudo!

Após o estudo das notícias virtuais e do breve relato da prática pedagógica concluímos este texto ressaltando que implementar a BNCC não será opcional por consistir em um documento normativo. Entretanto, no que tange ao tema em análise, podemos desenvolver ações pedagógicas na escola que se afastem da cultura do empreendedorismo individualizante e se aproxime da educação financeira como instrumento para formação crítica ao consumo e as armadilhas do endividamento.

REFERÊNCIAS

- _____. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14/12/2020.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996*. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14/12/2020.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997.
- _____. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC*: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: MEC 2019. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf Acesso em: 14/11/2020.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida a Crédito*: conversas com Cítlali Rovirosa-Madraso. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BOFF, Daiane Scopel. *O espectro teoria-prática e a produção de significados na docência em matemática*. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8864>. Acesso em: 18 nov 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/11/2020 2020.
- BUAES, Caroline Stumpf, COMERLATO Denise, DOLL Johannes. *Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ocsc/mirror/a4e7ce4c0ac54105e4fbf58fd01056cb/caderno_de_educacao_financeira.pdf. Acesso em 23 nov 2020.
- CAMPOS, Eduardo. Educação financeira precisa atingir milhões de brasileiros. *Seu dinheiro*. 29 maio 2019. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2019/banco-central/bc-educacao-financeira-precisa-atingir-milhoes-de-brasileiros/>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CORAZZA, Sandra. M. *Base Nacional Comum Curricular: apontamentos crítico-clínicos e um trampolim*. Educação, n. 39, v.4, s135-s144. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.23591> Acesso em 23 nov 2020.

DISCIPLINA Obrigatória, a partir de 2020, pode reduzir endividamento do país. *Portal Terra*. São Paulo, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/disciplina-obrigatoria-a-partir-de-2020-educacao-financieira-pode-reduzir-o-endividamento-no-pais,b92496646fdd6d3b35d22acd76a2bf89qu8t95rs.html> Acesso: 14 dez 2020.

DOLABELA. Fernando. *Pedagogia Empreendedora*. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

ESCOLAS têm até o fim do ano para implementar educação financeira. *Bem - Paraná*. 08 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/escolas-tem-ate-o-fim-do-ano-para-implementar-educacao-financieira#.X9dojNhKjIV>. Acesso em: 14 dez./2020.

GADELHA, Sylvio de Sousa. *Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo*. Educação & Realidade, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009.

OCDE. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 14 dez.2020.

SCHENK, Ana Carolina Dias. Indústria 4.0 setor destaca importância da educação para economia. *Diário do comércio*. 13 jun. 2019. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/setor-destaca-importancia-da-educacao-para-economia/> Acesso em: 14 dez. 2020.

TRAVERSINI, Clarice S. *O que os professores estão fazendo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?* Efeitos da BNCC no currículo em um projeto de adequação idade-ano escolar na rede estadual do Rio Grande do Sul (RS), 2019 (Projeto de Pesquisa 2019-2021).

TRAVERSINI, Clarice. S.; ANDRADE, Sandra. S.; GOULART, Marcos. V. S. . *A problematização em Foucault como ferramenta para analisar projetos de futuro de jovens estudantes: intersecções entre gênero e currículo*. In: PARAÍSO, Marluce A.; CALDEIRA, Maria Carolina S. (Org.). *Pesquisas sobre Currículos, gêneros e sexualidades*. 1ed. Belo Horizonte: Mazza, 2018, v. 1, p. 175-198.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura e currículo. *Revista Contrapontos* v2. n.1, 2002, p. 43-51. Disponível em <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/133>>. Acesso em 15nov2020.